

Disputa de impopularidade

ELIANE CANTENHÊDE

BRASÍLIA — O candidato do PL, deputado Guilherme Afif Domingos, quer extirpar o artigo 4º das Disposições Transitórias da Constituição. A cirurgia é aparentemente simples e rápida — basta uma emenda de duas linhas —, mas exige a participação de três quintos da Câmara e do Senado e é traduzida para os leigos como a redução do mandato do presidente José Sarney em dois meses e meio. Pelo artigo 82 do texto constitucional permanente, os presidentes passam a faixa para seus sucessores no dia 1º de janeiro. Pelo artigo 4º das Disposições Transitórias, Sarney foi privilegiado com a data de 15 de março.

"É preciso acabar com esse casuismo", explica Afif, que subiu ontem à tribuna muito mais preparado para receber críticas do que adesões à sua proposta. "Os que rechaçam minha emenda hoje irão me agradecer amanhã", defendia-se ele, explicando que a ameaça de hiperinflação é real e não está descartada a possibilidade de desabastecimento e de distúrbios de rua até o fim do governo. Um governo que já nasceu frágil e tem cada vez menos autoridade para produzir mágicas nesse processo nada alvissareiro.

Afif recorreu a uma força de expressão ao se referir à sua "emenda", pois o texto começou a recolher assinaturas ontem. Sua intenção é contribuir com uma terapêutica preventiva, não de urgência, para a prateleira constitucional onde já reluz a emenda parlamentarista. Uma prateleira recheada de remédios, para o caso de a situação nacional degringolar de vez e alguém aparecer correndo com uma camisa-de-força.

Enquanto o Legislativo se arma constitucionalmente, Sarney se debruça tecnicamente sobre um "programa de transição econômica" — como informou o ministro Oscar Corrêa, num jan-

tar há duas semanas, e repetiu o secretário-particular Augusto Marzagão, num almoço, ontem. Todos querem driblar a agilidade da inflação e a ameaça de falência, pelo menos até os primeiros meses de mandato do futuro gerente da Nação. A questão é que Sarney sugere, e o Congresso nega, uma co-participação na concordata preventiva. Entre o constitucional e o técnico há o obstáculo político.

Se Afif e outras lideranças do Congresso defendem uma redução do mandato de Sarney, parece razoável uma advertência do ministro Antônio Carlos Magalhães e soa prudente uma ressalva do candidato tucano Mário Covas. Antônio Carlos diz que uma alteração na data da posse do futuro presidente só poderá ser negociada depois da eleição, como na Argentina. Covas só apoiará a redução do mandato de Sarney se o próprio Sarney concordar.

Antes de concordar, o presidente vai brigar contra as condições adversas. Além de tentar arregimentar o Congresso para um plano econômico a quatro mãos, ele acaba de trazer Marzagão do México para dar pinceladas positivas em sua imagem pública e fazer propaganda dos feitos do governo que foram, ao longo do tempo, soterrados por avalanches de denúncias de corrupção, equívocos políticos e planos econômicos frustrados.

Trata-se de uma tarefa hercúlea essa de Marzagão, principalmente porque o tempo e a proximidade das eleições correm contra qualquer tentativa de recuperação de prestígio de Sarney. Mas Marzagão entende bem do ramo (que o diga o ex-prefeito Jânio Quadros) e conta com os resultados da última pesquisa do Ibope: se 76% da opinião pública desaprova o governo, 84% não confia nos políticos. Reduzir o mandato de Sarney em dois meses e meio, com certeza não vai alterar essa dura realidade.